



ATA N.º 14/2022

2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2022
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 5 DE DEZEMBRO DE 2022

-----No dia 5 de dezembro de 2022, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de novembro de 2022 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 28 de novembro de 2022 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano económico de 2023;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de composição dos júris para recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas



Fl. 164v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	Sessão	José Joaquim Pacheco dos Reis

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora



-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-660-07-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou, em sede de Reunião de Câmara, sobre o PDM, uma vez que a Estratégia Local para a Habitação foi aprovada e deveria constar no PDM, dado que foram integradas outras áreas de intervenção. Além disso, questionou sobre a veracidade da informação de que, em Lagos, ainda não existe atendimento presencial ao público relativamente às descargas de entulho junto às muralhas do Bairro Operário. Referiu que não foi encontrado qualquer aviso obrigatório sobre essas descargas, nem indicação do seu objetivo. Questionou também sobre as águas da ETAR e a existência de medidas preventivas durante as obras em curso. Demonstrou preocupação com a proteção e salvaguarda dos dados do Município, referindo que há municípios com dados corrompidos, e procurou saber quais as medidas que estão a ser planeadas para prevenir esse tipo de intrusão. Elogiou a redução das perdas de água e questionou quais as ações em curso para a sua retenção. Perguntou ainda sobre o processo de higienização das ilhas ecológicas e, por fim, sobre o momento previsto para a intervenção nas muralhas e baluartes.---

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) manifestou o seu apreço pelo trabalho dos três funcionários que tornaram possível a realização da primeira reunião desta sessão da Assembleia Municipal em Barão de São João. Relativamente à informação apresentada sobre a redução das perdas de água, descrita no documento, questionou se estão reunidas as condições para que essa redução se mantenha ao longo dos anos. No que diz respeito ao PRR, perguntou qual é o ponto de situação das candidaturas relativas à água e se existe a intenção de alargar essas candidaturas, nomeadamente no que concerne à renovação das infraestruturas e da rede. Questionou também o estado atual da revisão das taxas e licenças. Referiu a inexistência de um boletim informativo por parte da Câmara Municipal de Lagos, apesar de terem sido assinados dois contratos, salientando que os artigos enviados para a revista de setembro por todos os partidos podem já não estar atualizados. Por fim, questionou sobre o aumento da iluminação de Natal deste ano.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou sobre o processo de renovação do passe mensal d'A Onda. Perguntou quais os projetos previstos para execução em



Fl. 165v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Odiáxere e que derrapagens orçamentais se poderão verificar. Relativamente à Habitação no Sargaçal e em Bensafrim, quis saber para quando está prevista a entrega das casas e qual o estado da sua execução financeira. No que concerne à ETAR, questionou quais as expectativas em relação à sua reabilitação. Sobre a antiga fábrica Aldite e a Cooperativa Eletrolagos, referiu que a Autarquia preparou a aquisição de quatro imóveis, mas que a operação foi chumbada pelo Tribunal de Contas. Nesse sentido, questionou se a expropriação será a melhor solução para a aquisição desses imóveis, apesar de representar um custo superior. Por fim, informou que os funcionários em mobilidade e os funcionários da TAU não estão a cumprir com as condições gerais de trabalho e questionou quando esta situação será resolvida.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) enalteceu a organização da formação promovida pela Autarquia para as empresas, referindo que esta está certificada e contribui para o cumprimento das 40 horas de formação obrigatória. Destacou ainda o apoio que o Município tem dado aos imigrantes, sublinhando que esse apoio tem ajudado a mitigar a escassez de mão de obra e a possibilitar uma maior qualificação dos trabalhadores. Referiu também um problema relacionado com o veterinário, mencionando que foi enviado um e-mail a solicitar a colocação de uma estrutura que impedisse a entrada de água no gabinete. Alertou que esta situação se verifica noutros pontos do Concelho, dificultando a mobilidade das pessoas, e apresentou um vídeo como evidência do problema, reforçando a necessidade de uma intervenção para a sua resolução.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) destacou que, no âmbito das atividades do Município, tem havido uma aposta contínua e um investimento direcionado para as áreas de maior necessidade, garantindo que ninguém fique para trás. Enalteceu o forte apoio ao associativismo local e a grande aposta na Cultura, sublinhando que a Educação é uma dimensão transversal a todas as áreas, o que considera um aspeto muito positivo por parte da Autarquia. Relativamente aos transportes escolares, referiu que também foi feito um investimento significativo e que a implementação do novo sistema de bilhética resultou num grande aumento da utilização dos transportes por parte dos alunos, demonstrando ser um importante apoio às famílias. Por fim, abordou a questão das bolsas de estudo, salientando que o seu número aumentou e questionando sobre a adesão das famílias a estas bolsas e se houve um crescimento em relação ao ano anterior.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) fez a seguinte intervenção: “Construção do edifício privado na Rua Infante D. Henrique, numa zona de fluxo de marés, lateral com o Pingo Doce a) Os limites do edificado coincidem com os limites dos passeios, condicionando desde logo a requalificação deste eixo rodoviário no futuro, face à necessidade de alargamento ou requalificação da via; b) Este projeto não teria sido concretizado à luz da legislação atual e dado que a legislação protege os direitos adquiridos sobre risco de indemnização, restava ao Executivo da CML negociar com o promotor privado de forma a minimizar o impacto urbanístico e funcional desta desproporcionada e desmedida construção. Da mesma forma que os serviços da CML foram solícitos e céleres na facilitação dos interesses do promotor privado,



desde logo licenciando incondicionalmente a demolição da chaminé industrial para facilitar a construção e os interesses privados do promotor, também a CML poderia ter exercido a sua boa influência em benefício dos interesses de Lagos e dos lacobrigenses. c) Acabou por prevalecer o interesse privado em detrimento do interesse público; d) Que medidas tomou o executivo junto do promotor para negociar a volumetria do edificado de forma a ficar um espaço limítrofe dos passeios reservado para futuras intervenções no espaço público, caso se venha a revelar necessário? Lamentamos que o efeito final tenha sido o atual, o que compromete o futuro urbanístico, estética e funcionalmente, desta zona da cidade. Estudo estratégico de intervenção no Centro Histórico de Lagos: indica que o procedimento de aquisição de serviço para um estudo estratégico ainda está em fase de concurso. Esta aquisição de serviços é para elaborar um estudo estratégico para responder aos problemas diagnosticados. Que estudos e planos já existem? Ainda vão diagnosticar os problemas de acessibilidade e mobilidade? Que conclusões podemos aferir desses estudos? Dada a situação da Guerra da Ucrânia questiona se o Banco local de voluntariado só existe no papel e que trabalhos têm sido desenvolvidos por este núcleo municipal junto da comunidade de cidadãos de Lagos, numa conjuntura de carência e necessidade de apoio humanitário e de acolhimento de pessoas deslocadas por força de circunstâncias adversas várias? Sobre as Ruínas Romanas da Praia da Luz questionou o ponto da situação sobre a adjudicação da obra? Referiu também que têm referido sobre a passadeira no centro cultural da luz e que continua sem ser concretizada, desde há um ano que o assunto foi referenciado. Para quando pesam desenhar a passadeira junto à Escola? Está o Executivo à espera que haja algum acidente para justificar a intervenção, à semelhança do que já aconteceu na Avenida da Fonte Coberta? Posto isto fazemos um elogio a) à Divisão da Cultura, aos seus dirigentes e funcionários em geral, pela intensa e qualificada atividade cultural desenvolvida, a avaliar pelos programas do Centro Cultural e Biblioteca Municipal e respetivo polos. Em particular, um destaque para o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo Dr. Artur de Jesus no âmbito da articulação dos programas histórico-culturais com a comunidade em geral e com a comunidade escolar em particular onde o seu trabalho tem sido unanimemente reconhecido pela crescente sensibilização para a valorização do nosso património histórico e cultural; b) Ao avanço das obras da 2.ª fase da Ponta da Piedade. Contudo lamentamos que o projeto não tenha contemplado a possibilidade de as pessoas com mobilidade condicionada terminarem o seu passeio.”-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:



-----O Sr. José Guerreiro (PS) destacou a situação financeira da Autarquia com base



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 166v.

nas contas de outubro do presente ano, sublinhando que o relatório sintetiza os elementos mais significativos da atividade municipal. Referiu que é fácil verificar que o Município apresenta uma condição financeira muito boa, sólida e robusta, com margem para eventuais necessidades futuras. Salientou que, para esta robustez financeira, tem contribuído uma rúbrica da receita particularmente dinâmica, com um impacto notável. Destacou o IMT, que registou um aumento de 99% face ao período homólogo, e referiu que, até 31 de outubro, a execução dos impostos diretos atingiu 125%, resultando num saldo positivo de 13.644.000,00 € (treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil euros). Atribuiu este resultado à promoção de Lagos, à crescente atratividade da cidade e ao facto de os visitantes recomendarem o destino a amigos e familiares, levando a um aumento do número de pessoas que se instalam na região. Relativamente à despesa, destacou que a política do Município tem contribuído para a estabilidade financeira, com uma gestão criteriosa dos investimentos públicos em grandes obras. Sublinhou ainda que, sempre que possível, a Autarquia procura recorrer a financiamentos do Governo Central e a fundos europeus, aliviando assim o esforço financeiro municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o Plano de Apoio ao Desporto, procurando saber quantos clubes estão atualmente integrados nesse plano. Relativamente à aquisição do Armazém Regimental, perguntou sobre o ponto de situação desse processo, sublinhando a importância desse edifício para o concelho. Questionou ainda sobre a 3.ª e 4.ª fase das obras na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, bem como sobre a requalificação do Largo Martim Garcias. Por fim, perguntou qual a previsão para a conclusão dos passadiços da Meia Praia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira (PS), respondeu às várias questões colocadas: Plano Diretor Municipal (PDM) - Referiu que o PDM foi discutido em sede de Reunião de Câmara e concluiu-se que não há necessidade de alterações. Explicou que não é possível alargar as zonas habitacionais nem justificar a introdução de novas medidas no documento; Atendimento ao Público - Afirmou que o Município realiza todo o tipo de atendimentos ao público; Descargas de terras e entulhos junto à muralha, no Bairro Operário - Esclareceu que estes materiais fazem parte das obras de ampliação do Museu, sendo aquele o local mais próximo para a sua deposição. No entanto, reconheceu que não se pode garantir que terceiros não coloquem entulho indevidamente. Informou que está em cima da mesa um projeto para a vedação do espaço até à conclusão do projeto do Anel Verde; Descargas da ETAR - Indicou que a intervenção está a ser realizada pelas Águas do Algarve, S.A., com previsão de conclusão entre maio e junho. Adiantou que está a ser solicitado que as descargas cessem o mais rapidamente possível e que a ampliação em curso resolverá esta questão em definitivo. Sublinhou que uma das fases já iniciadas inclui a destruição dos tanques de retenção de saneamento, o que ajudará a reduzir as descargas; Ciberataques e segurança informática - Garantiu que o Município está a trabalhar para prevenir ciberataques. O Gabinete de Informática já nomeou um responsável e, desde 2 de dezembro, foi reforçada a equipa, contando agora com um professor universitário e especialista em cibersegurança, que assumirá responsabilidades na direção dos serviços; Requalificação das muralhas e Forte da



Ponta da Bandeira - Informou que o projeto de requalificação das muralhas aguarda financiamento através de fundos comunitários. Quanto ao Forte da Ponta da Bandeira, está a ser desenvolvido um estudo prévio para permitir a elaboração do projeto; Atualização do Edital e revisão das taxas e licenças - indicou que o Edital foi retomado há cerca de um mês e que está a ser reunida informação para manter a tabela de taxas e licenças atualizada; Mercado de Odiáxere - Esclareceu que a obra está a decorrer, mas foi identificado um problema estrutural. Durante os trabalhos, verificou-se que a estrutura não estava preparada para a execução do projeto, estando a situação a ser analisada. Até meados de dezembro, esperava-se uma resposta para definir a solução; Fogos do Sargaçal e Bensafrim - Informou que os prazos das obras foram prorrogados, prevendo-se que estejam concluídas em janeiro. O objetivo é que, até ao final do primeiro trimestre, as habitações entrem em concurso para serem entregues; Armazéns da Eletrolagos - Explicou que houve uma tentativa de negociação, mas, por não ser possível registar uma situação de não dívida, optou-se pelo processo de expropriação. O valor retido será entregue à Autoridade Tributária e à Segurança Social, garantindo a aquisição dos imóveis; Problemas com águas pluviais - Relativamente ao vídeo apresentado pelo Grupo Municipal da LCF, reconheceu que se trata de uma zona de águas pluviais, o que explica a acumulação de água. Garantiu que será analisada uma solução para minimizar o impacto; Obras do Pingo Doce - Explicou que não é possível intervir, uma vez que a obra está a ser realizada dentro de um terreno privado e o projeto tem cerca de 40 anos; Ruínas romanas na Praia da Luz - Informou que se aguarda resposta técnica e do projetista responsável; Passadeiras na Luz - Ainda não estão concluídas; Plano de Apoio ao Desporto - Indicou que foram integrados dois novos clubes, e que o concelho tem agora mais clubes e modalidades do que anteriormente; Aquisição do Armazém Regimental - Está apenas a aguardar a data da escritura, dependendo da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF); Requalificação da Igreja das Freiras e Largo Martim Garcias - As obras na igreja estão em curso. Quanto ao Largo Martim Garcias, será elaborado um estudo prévio para requalificar o espaço e acabar com o estacionamento desordenado; Passadiços da Meia Praia - Prevê-se que estejam concluídos até ao final do verão.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Paulo Jorge (PS) deu as seguintes respostas: Passes mensais - Atribuiu os problemas verificados a uma situação pontual, decorrente da implementação do novo sistema de bilhética; Perdas de água - Informou que foi submetida uma candidatura ao PRR para financiar medidas de combate às perdas de água diretas: A 1.ª fase da obra será referente ao reservatório do R1, com um investimento estimado de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros); A 2.ª fase abrangerá toda a zona de influência dos reservatórios, visando a criação de ZMC's (Zonas de Monitorização e Controlo) para reduzir pressões e permitir um controlo mais preciso das áreas de intervenção de cada reservatório. Esse projeto terá um custo de 6.000.000,00 € (seis milhões de euros) e será submetida nova candidatura ao PRR; Redução do consumo de água- A redução das perdas de água deveu-se a diversas medidas, incluindo a implementação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 167v.

de sistemas de rega inteligentes, que permitiram uma poupança de cerca de 50.000 metros cúbicos de água; Destacou que, pelo segundo ano consecutivo, Lagos teve a melhor água para consumo humano.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho deu as seguintes respostas: Revista Municipal - Explicou que a publicação ainda não saiu porque a equipa esteve focada na edição especial do centenário do comboio, incluindo a componente de entrevistas aos homenageados da cidade. Foi dada autorização para manter a mesma qualidade gráfica, e está previsto que mais um boletim seja publicado até ao final do ano; Iluminação de Natal - Informou que houve um aumento no valor investido este ano, principalmente devido ao acréscimo na iluminação e aos encargos com a montagem. O Município transferiu parte do trabalho para uma empresa externa, contratando todo o processo de instalação; Bolsas de Estudo - O processo de atribuição das bolsas ainda não está concluído. Registou-se um ligeiro aumento no número de candidaturas em relação ao ano anterior (150 candidaturas), estando prevista uma reunião para análise dos pedidos. Esclareceu que não houve um aumento de 40% devido a mais pessoas carenciadas, mas sim porque as bolsas da Autarquia funcionam como um complemento. Os estudantes são obrigados a candidatar-se primeiro às bolsas do Ministério da Educação, e o valor atribuído pelo Município depende do montante recebido do Ministério; Banco de Voluntariado Local - Destacou dificuldades em obter inscrições de jovens lacobrigenses para o programa. Sugeriu que se deve ir diretamente às instituições, pois as inscrições espontâneas têm sido escassas.-----

-----O Sr. Vereador Luís Bandarra referiu que estão a ser substituídas as plataformas das ilhas ecológicas, mas não os marcos, que foram encomendados em maio. No entanto, devido à Guerra na Ucrânia, a entrega tem sofrido atrasos. Sublinhou que o mais preocupante é a substituição dos contentores, que foram encomendados em junho, mas só chegaram em novembro. A sua substituição irá agora iniciar-se. Relativamente às ilhas ecológicas, informou que já foram realizadas várias substituições, sendo que as restantes serão feitas assim que os marcos forem entregues.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) corrigiu que estiveram quatro funcionários, e não três, na Reunião em Barão de São João. Referiu ainda que não é o projeto que confere os bens adquiridos, mas sim um ato administrativo que aprova o projeto de arquitetura, sendo esse ato a expressão da vontade de quem aprovou a licença de construção no respetivo ano. Sublinhou que se trata de uma decisão política e de uma competência delegada. Solicitou uma resposta por escrito, referindo que, num total de catorze serviços, há vinte e nove queixas, das quais vinte e três estão relacionadas com a gestão urbanística. Questionou o que se passa nesse serviço. Relativamente ao projeto de requalificação e ampliação da antiga escola Conde Ferreira, pediu esclarecimentos online ou através dos serviços da Assembleia Municipal, uma vez que o projeto foi entregue em suporte informático.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, em catorze meses, a revista municipal deixou de ser publicada, salientando que se trata de um órgão que deveria dar conhecimento das deliberações da Câmara Municipal. Relativamente à iluminação natalícia, mencionou que o quadro de pessoal aumentou e defendeu que



não é devido a decisões da Assembleia Municipal que a Câmara tem dificuldades na sua gestão diária. Acrescentou que, com o aumento do número de funcionários, deveria também aumentar a capacidade de prestação de serviços. Questionou ainda sobre as recentes descobertas arqueológicas feitas durante as obras pelo núcleo de arqueologia, manifestando preocupação para que a resposta não demore tanto tempo como os requerimentos enviados para a Autarquia em 2021.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou sobre o ponto de situação dos estudos realizados no centro histórico e manifestou interesse em receber esses documentos. Além disso, perguntou se o Presidente da Câmara estaria disposto a acatar as decisões tomadas relativamente à transmissão online das reuniões de câmara.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 6 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 23 minutos.-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-660-08.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, explicou os quatro eixos do Orçamento: - Primeiro eixo - Foca-se no aumento e requalificação do parque municipal, no reforço da habitação municipal, na Educação, no Associativismo e numa gestão mais solidária, segura e saudável. Segundo eixo — Centra-se nas questões ambientais e de mobilidade, incluindo a requalificação do ambiente urbano, as acessibilidades, a mobilidade sustentável e a limpeza urbana. - Terceiro eixo - Destaca a componente sustentável, reforçando a imagem de Lagos como um destino turístico de excelência. A cidade pretende afirmar-se não apenas como um destino sazonal, mas como um local atrativo ao longo de todo o ano, ligando o passado, o presente e o futuro através do conceito das Descobertas. Quarto eixo - Visa tornar Lagos mais próximo das pessoas, promovendo uma gestão municipal inclusiva, que não deixe ninguém para trás. Destacou que esta tem sido uma aposta contínua ao longo dos últimos anos. Referiu que o Orçamento Municipal para 2023 está próximo dos 85.000.000,00 € (oitenta e cinco milhões de euros), a ser distribuído entre despesas correntes e despesas de capital. Sublinhou que, ao incluir o saldo de tesouraria, o valor será ainda mais elevado, permitindo avaliar com maior precisão as necessidades para o próximo ano e garantir a continuidade dos projetos em curso. Adiantou que estão previstos mais de 120 fogos municipais e que o objetivo é que até ao final do primeiro semestre de 2023 estejam aprovados, para que possam ser lançados a concurso público. Por fim, informou que o documento foi debatido em sede de Câmara Municipal e no âmbito do estatuto do direito à oposição, tendo sido incluídas propostas dos diferentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 168v.

partidos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que considera faltar mais humildade democrática, seriedade e espírito de compromisso no trabalho desenvolvido e que os documentos que vão ser apresentados hoje dizem respeito a um percurso escolhido pelo PS em Lagos, onde se verifica a inexistência de convergência política entre todos, tanto entre os partidos como entre a população. Relativamente ao PSD, referiu que apenas foi chamado o Vereador e que o PS se recusa a adotar medidas fiscais, nomeadamente para os jovens, algo que deveria estar contemplado no Orçamento Municipal e não está. Deste modo, vê-se a maioria absoluta a funcionar. Quanto ao orçamento participativo, verificou que as propostas apresentadas pelo PSD foram recusadas, bem como em relação à participação da sociedade civil. Questionou quando se terá um orçamento que não coloque de lado o dinheiro dos contribuintes, permitindo fazer mais. Considera que seria um melhor orçamento se a sua execução fosse superior a 20%. Acrescentou ainda que, no que toca à eficiência energética, ainda se estão a dar apenas os primeiros passos e que este orçamento esquece os mais jovens e os pensionistas, não contemplando políticas concretas que permitam à Câmara trabalhar em conjunto com a economia local. Falta vontade para avançar com um modelo diferente, tal como acontece noutras regiões do país. Relativamente à saúde, referiu que temos um hospital a meio gás e um centro de saúde que apenas disponibiliza consultas urgentes, questionando onde fica a qualidade de vida da população. Defendeu que devem ser encontradas soluções para fixar os médicos, de forma a que possam trabalhar sem grandes deslocações. Referiu ainda que pensavam que a transferência de competências traria novos patamares de desenvolvimento, mas, pelo contrário, verificam que a Câmara Municipal está travada e sem avanços num número significativo de áreas de conflito ou desconhecimento, quando poderia adotar uma dinâmica diferente. Não há como fugir aos números nem à realidade, bastando ver o exemplo da habitação, cuja oferta é insuficiente. Com uma melhor execução, poder-se-ia oferecer mais aos lacobrigenses, e este orçamento não preenche os mínimos necessários para servir a população.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS), questionou, no âmbito das GOP, sobre a segunda fase do projeto em curso, reforçando a necessidade da construção da rotunda a poente. Informou que já estão a ser realizados estudos de tráfego, sem deixar de reivindicar a construção da rotunda a nascente, prevista para a variante a sul de Odiáxere, na EN125, podendo este ser o primeiro passo. Relativamente ao centro interpretativo e museológico de Odiáxere, expressou a sua expectativa de que se torne uma realidade, estando já previsto. Quanto ao abastecimento de água no Vale da Lama e em Arão, informou sobre a situação destas duas povoações. Sobre a requalificação da Rua de Camões, uma das mais movimentadas por dar acesso à creche e à Escola Primária, saudou a adjudicação da obra. No que diz respeito ao abastecimento de água, referiu que é necessário definir primeiro a estrutura e só depois proceder à sua correta implementação, esperando que se torne uma realidade.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA), no âmbito das GOP, referiu que, em 2022, o Executivo não convenceu porque: a) não protegeu o turismo, levando à perda de



bandeiras azuis; b) não resolveu o problema do assoreamento da barra; c) permitiu a destruição do Forte Ponta da Bandeira; d) na área da habitação, não conseguiu concluir nenhuma das obras previstas nem entregar qualquer habitação; e) falhou na agilização dos processos de licenciamento, atrasando os prazos e não concretizando a prometida desmaterialização dos processos, ainda que existam justificações para tal; f) descurou a atenção às freguesias rurais, sendo que a única obra existente foi rapidamente suspensa devido à fragilidade estrutural. Para 2023, considera que o Executivo não trará mudanças, limitando-se a marcar passo e demonstrando falta de ambição para melhorar as condições da população, além de desrespeitar as Moções aprovadas pela Assembleia Municipal, dando alguns exemplos. Fez referência ao Museu da Ferrovia de Lagos, mencionando que o protocolo foi assinado em julho, durante as comemorações do centenário da chegada do comboio a Lagos. Relativamente ao Orçamento, referiu que é necessário rever os Planos Plurianuais para compreender melhor o que está a ser referido. Destacou que, em 2022, já se verificava um orçamento como poucos na memória do concelho e que, para 2023, há um aumento extraordinário de 16%. No entanto, considera que este aumento pouco beneficia as populações, servindo apenas para reforçar o Executivo.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) referiu que o aumento em 2023 é semelhante ao de 2022, representando mais 3.000.000,00€ (três milhões de euros) relativamente ao ano anterior, estando este montante fortemente ligado ao IMT. Considera que este volume de receita dá ao Município a aparência de riqueza, mas, na prática, a população torna-se cada vez mais pobre, enfrentando uma sobrecarga nas infraestruturas. Explicou que, numa mesma habitação, vivem atualmente mais pessoas do que seria adequado, o que provoca problemas ao nível das infraestruturas. Relativamente às rotundas, defendeu que se deveria voltar a investir nelas, justificando a necessidade com objetivos financeiros.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz, João Reis (PS), considera que, relativamente ao balneário romano da Luz, e tratando-se de uma empreitada com características específicas, espera-se que, em 2023, surjam finalmente empresas interessadas em executar este trabalho. Relativamente à rede viária, há algumas intervenções contempladas nesta proposta, nomeadamente o avanço da variante ponte de Espiche, que integra o Plano de Pormenor de Espiche, bem como o plano de melhoramento e embelezamento dos espaços verdes. Deverá também iniciar-se a requalificação da EM 537, no troço que liga a estrada de Espiche a Burgau, que se espera ser incluída na proposta. No que toca à área desportiva, prevê-se a requalificação do polidesportivo de Almádena e do espaço do skate park, que necessitam constantemente de manutenção.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) fez a seguinte intervenção: “Requalificação do Largo de S. João/Quarteirão do Ramallete, na Vila da Luz e os 4 acessos: a) Desde 1975 que os moradores vêm solicitando uma intervenção na área; b) Desde então se solicita a pavimentação (atualmente em terra batida e gravilha) dos acessos às habitações e garagens; c) A zona tem estado sujeita, nos últimos anos, ao arrastamento de lamas e pedras para as entradas das habitações, dado haver uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 169v.

barreira de terra no declive entre a estrada e a zona baixa das habitações; d) A CML não tem respondido aos sucessivos pedidos/ofícios dos moradores; e) Esta intervenção não está prevista, mais uma vez, nas GOP de 2023. f) Que justificação tem para adiar e “manter na gaveta” esta necessidade urgente que muito tem penalizado a qualidade de vida dos moradores, cidadãos de pleno direito, que continuam a pagar os seus impostos? Referiu ainda que relativamente a E. 05.07, 08, 09 – Mobilidade, Acessibilidades e Barreiras arquitetónicas a) Estão omissos os trabalhos de requalificação da Rua da Várzea e arruamentos adjacentes já aprovados na AM há cerca de 4 anos para a Praia da Luz. Está prevista alguma intervenção ou medida no sentido de defender os direitos de segurança dos peões, de forma a evitar acidentes desnecessários? Pretende o Executivo continuar a adiar a solução do problema? E.08. Conselho Municipal de Turismo a) Propusemos a criação deste órgão, dada a complexidade e o efeito impactante que esta atividade tem na nossa economia e na regulação do mercado de emprego com os efeitos correspondentes na sustentabilidade social e humana; b) São cada vez mais os agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade turística qualificada e diversa (saúde, IEF, Associações comerciais, Associações culturais, Associações desportivas, Associações ambientais, Agentes económicos, CML, CCDR, etc.) que justificam há muito a existência de um órgão onde todos estes agentes possam estar representados para trabalharem num ambiente cooperativo e coeso visando maximizar o potencial da nossa região/concelho. c) Porque não avançam para a criação deste órgão? Que justificações existem para não criarem este órgão? E.09.06 – Apoiar os projetos de investigação... a) LcF apresentou a proposta para a implementação de um Pólo Universitário para apoiar pós-graduações, mestrados ou doutoramentos nas áreas do Turismo Cultural, História e Património através de protocolos com universidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, com Vantagens na projeção de Lagos como cidade na vanguarda do conhecimento e no regresso e fixação dos jovens que saíram para tirar as suas licenciaturas; b) Que pensam fazer quanto a este assunto? E.7 e E.10. – Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e Implementação Medidas de Racionalização Energética em Edifícios e Sistemas Municipais: a) Apresentamos uma das nossas 14 propostas, defendendo a instalação do sistema de aproveitamento da energia solar nos edifícios públicos municipais, dado o privilégio de termos longas horas de exposição solar e destes sistemas se adaptarem ao ciclo horário diurno de funcionamento destes edifícios, aproveitando-se ao máximo a energia produzida; b) Objetivamente, nada está previsto no documento das GOP e Orçamento em análise quanto à instalação destes sistemas visando o aproveitamento da energia solar nos edifícios municipais; c) Pode aqui afirmar um compromisso do Executivo neste sentido ou exclui esta possibilidade? E.01.05 – Carta Municipal de Habitação a) De acordo com o Dec. Lei 83/2019 de 3 de setembro, artigo 22.º, a Carta Municipal de Habitação é um instrumento de gestão do território no que toca às necessidades habitacionais tendo em conta um conjunto complexo de fatores que, devidamente sistematizados, permitem planear com rigor as soluções para os problemas que atualmente vivemos também no nosso Concelho. Neste momento não temos esse documento pronto. A falta deste documento orientador das estratégias a adotar, pode levar a uma gestão casuística e



pouco rigorosa do problema da habitação com que nos deparamos. b) Para quando teremos esse documento disponível? E02.05 – Conselho Municipal de Juventude de Lagos a) Desde o início do mandato ainda não houve qualquer sessão: para quando está prevista a 1.ª sessão? Por todas as razões e dúvidas expostas e não devidamente esclarecidas, os deputados municipais de LcF abstêm-se na votação das GOP e do Orçamento para 2023.”-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS), referiu que se trata de um documento em apreciação, que define a estratégia de ação da Câmara Municipal, refletindo a proximidade desta com os autarcas, as populações e as freguesias. Felicita a intervenção realizada no mercado de Barão de São João, destacando o apoio aos produtores locais e a melhoria da capacidade de escoamento dos seus produtos, sendo esta uma obra assumida pelo Município. Informou ainda sobre a situação do mercado municipal, que se encontra bastante degradado, e questionou quando será lançada a empreitada para a sua requalificação. Sobre o Plano Estratégico de Autocaravanismo, solicitou um ponto de situação. Felicitou também a construção do balneário de Bensafrim, uma infraestrutura há muito ambicionada. Relativamente à beneficiação dos arruamentos e pavimentação, referiu que toda a freguesia necessita de repavimentação, destacando a importância de garantir acessibilidade ao Vale dos Asnos e mencionando outras zonas que também carecem de intervenção.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que este documento reflete problemas que já se arrastam há muito tempo e, ao surgir nas GOP, destacou que são muitas as questões envolvidas e que o Orçamento iria atingir os 120.000.000,00€ (cento e vinte milhões de euros). Lembrou que continua a não existir um Plano de Urbanização da Luz, sendo esta uma área de reabilitação urbana envelhecida. Sobre a habitação, afirmou tratar-se de um problema grave e referiu que continua a faltar investimento no pré-escolar, exemplificando com algumas obras que se aguardam há muito tempo. Por fim, indicou o sentido de voto nas GOP e no Orçamento.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que o documento das GOP aponta para as áreas vitais e sociais, podendo ser elaborado por qualquer partido. No entanto, salientou que não aprofunda a dependência do Orçamento, o que faz antever alguns problemas, devendo esta ser reduzida e refletida na receita. Lembrou que o Trem de Cavalaria é privado e que parte dele está à venda. No âmbito da mobilidade, mencionou o transporte "A Onda", considerando que a gratuidade dentro do Município facilitaria o acesso e a utilização. Referiu ainda a preocupação com os roteiros na natureza, por parecer que se limitam a passadiços, os quais nem sempre funcionam adequadamente. Abordou também a questão da recolha de resíduos, apontando a falta de recolha ao domicílio, especialmente no centro histórico, onde esta dificuldade é mais acentuada. Destacou ainda a importância da preservação da natureza e da criação de um centro interpretativo, bem como a necessidade de reforçar o apoio à infância e aos mais velhos, exigindo igualmente mais qualidade na área da saúde.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que identificam os quatro eixos que



Fl. 170v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

sustentam o apoio às populações, elogiando os pontos das GOP. Questionou, no âmbito do Programa Lagos Apoia, se, tendo em conta a atual crise social, caracterizada por uma subida abrupta dos preços dos bens alimentares essenciais e pelo agravamento do valor dos empréstimos à habitação, estes fatores estão a ser devidamente considerados, uma vez que afetam muitas famílias.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) fez a seguinte intervenção: “Tema da Água. Na proposta de Grandes Opções do Plano do Município de Lagos para o exercício de 2023, é dada grande relevância à problemática da água. Uma das medidas previstas prende-se com a implementação do Plano de Segurança da Água. Assim, continuaremos em 2023, o trabalho iniciado anteriormente, com especial atenção ao controlo e monitorização dos recursos disponíveis ao nível da gestão, mas também para a mitigação dos riscos associados à distribuição e consumo da água no concelho de Lagos. Serão desenvolvidas as estratégias e planos de ação previstos para melhorar continuamente o serviço prestado aos consumidores. Outra grande medida prevista é da continuação da melhoria da Rede de Água e Saneamento do Município de Lagos. As intervenções propostas para o ano de 2023, no âmbito da Rede Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento, far-se-ão no âmbito da consolidação dos projetos e programa iniciados em 2022 e, por outro lado, pela implementação de novos programas e ações que visam a sustentabilidade da própria rede e de todo o sistema. Para a sustentabilidade da própria rede e de todo o sistema temos projetado, para 2023: a promoção do estudo de conservação dos reservatórios de abastecimento de água; o diagnóstico do estado das infraestruturas identificadas onde a intrusão salina na rede de esgotos; a instalação de vedação nos reservatórios de abastecimento de água e a implementação do plano de redução de perdas de água na rede pública de distribuição. Sobre o tema do ambiente e da eficiência energética considera a Autarquia lacobrigense que a estratégia da aposta na Educação Ambiental é a mais acertada das estratégias de adaptação, integração e assunção de conceitos que promovam a sustentabilidade e a preocupação dos munícipes neste domínio, especialmente dos mais jovens. A Câmara Municipal continuará o desenvolvimento de projetos da educação ambiental, não só pela pertinência do tema nos dias de hoje, como pela capital importância na capacitação das atuais e futuras gerações, para que contribuam para a sustentabilidade ambiental. Em 2023, o Município de Lagos iniciará a implementação do Plano Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos. Está será uma ferramenta primordial para o paradigma da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Com este plano, ficará o município dotado de capacidades e soluções sustentadas e eficientes para toda a gestão dos resíduos. A adaptação dos meios e recursos às novas exigências; a disponibilização de novos meios e recursos aos munícipes; a promoção de novos conceitos e projetos para a potenciação do trinómio ambiental vital para o futuro da gestão de resíduos urbanos - Reduzir, Reutilizar e Reciclar - dotam a presente estratégia de importância capital no domínio da Limpeza Urbana no Concelho de Lagos. Em 2023 o Município de Lagos dará início à elaboração do Plano Municipal de Bio resíduos. A exemplo de outros Planos Municipais existentes e entretanto implementados, este será, mais uma ferramenta essencial para a gestão de uma tipologia de resíduos que pode ser um importante fator de poluição, visual e



olfativa, bem como de disseminação de doenças e pragas. A deposição, o tratamento, a recolha, o transporte, a limpeza, a desinfeção, os equipamentos, os recursos, os meios, a legalidade, entre outras, são importantes dimensões de que definem o universo dos bio Resíduos e que o Município de Lagos enfrentará no próximo ano. Aumentar a rede de ilhas ecológicas e ecopontos. A disponibilização de zonas e locais de deposição de resíduos mais próximos dos cidadãos é um trabalho contínuo e continuará em 2023. A Câmara Municipal continuará a construção de novos pontos e de novas ilhas ecológicas por todo o concelho de Lagos, quer na tipologia de resíduos indiferenciados, quer para resíduos recicláveis. Programas de Sensibilização da População. Complementarmente aos projetos de Educação Ambiental a desenvolver em 2023, é intenção do Município introduzir o tema da Limpeza Urbana nessa educação, não como um fim em si mesmo, antes contribuindo para um ambiente melhor e mais sustentável. Pretende-se, a partir do Plano Municipal de Resíduos e do estudo para o desenvolvimento do sistema de recolha de bio resíduos, construir programas e planos de ação de intervenção junto da população, da rua, do bairro com campanhas e comunicação de sensibilização para a própria gestão dos resíduos. Uma das medidas a continuar a implementar, é o Programa de Renovação da Frota de Veículos Municipais. Iniciado já em 2018, o programa de renovação de frota teve constrangimentos devido à situação pandémica. Contudo, foi recentemente retomado, estando em curso e projetando-se para 2023 a aquisição de novos veículos. Será dado foco aos veículos de primordial importância para os serviços prestados pelo município à população e em que a própria legislação impõe a sua renovação, como sejam: a limpeza e lavagem urbana; o transporte de passageiros para crianças e pessoas com mobilidade reduzida; a manutenção e recuperação de equipamentos e estruturas urbanas; o apoio à construção e montagem de eventos de cariz social e cultural, que serão priorizados no programa de renovação da frota. Outra das medidas a ser promovidas, será o desenvolvimento da rede de carregadores elétricos. Ao longo dos últimos anos foram implementados pequenos projetos e instalados postos de carga elétrica para viaturas, pelo que, para 2023, é intenção da autarquia dotar o Concelho de Lagos com este importante recurso e criar uma rede maior, acompanhando a crescente procura e circulação de veículos elétricos. Posicionar os serviços de transportes urbanos - "A ONDA" na liderança da mobilidade urbana. A rede de transportes de passageiros de Lagos, A Onda, tem-se constituído como a maior alternativa ao transporte individual em Lagos. Neste contexto, continuará o Município a assumir as suas responsabilidades sociais e ambientais, suportando financeiramente o serviço público."-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente ao Orçamento Participativo e à gratuidade do transporte "A Onda", esta questão está em aberto para 2024, mas não para o próximo ano, devido ao contrato atualmente em vigor. Referiu-se a todos os impostos e à isenção, manifestando dúvidas quanto à sua eficácia e legalidade. Informou ainda que a própria tabela de taxas e licenças terá em consideração as necessidades das famílias.



Fl. 171v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

No que diz respeito à Rua do Ramalhete e à Rua da Várzea, afirmou que estas serão analisadas assim que houver possibilidade. Quanto à mobilidade no centro histórico, indicou que será realizado um estudo prévio, o qual deverá ser discutido em breve.--

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o tempo disponível para apresentar propostas é muito reduzido e criticou o facto de a Autarquia demorar meses a preparar o orçamento, considerando que, politicamente, isso não é sério. Relativamente às políticas fiscais, lembrou que o conjunto de benefícios fiscais pode ser bastante amplo, de modo a apoiar tanto a população como o tecido empresarial. Acrescentou ainda que o plano apresentado é idêntico ao da Câmara Municipal do Funchal, apesar desta ter uma realidade completamente distinta.-----

-----Posto isto, foi colocado à votação o Ponto 3 da Ordem do Dia - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2023**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	3	2	0	1	0	6

-----**DELIBERAÇÃO N.º 192/AM/2022:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2023, que inclui a apresentação dos objetivos estratégicos por eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; o Mapa de Repartição de Encargos; o Orçamento Municipal para o ano económico de 2023, no montante de 84 955 414,00€ (oitenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e catorze euros); o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2022.-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Em 2023 o orçamento cresce mais 16,39% relativamente ao orçamento de 2022. O Executivo municipal tinha condições para ser mais ambicioso e ir mais longe. O acesso à habitação para quem aqui reside é nulo ou mesmo negativo havendo já uma sobre-exploração das densidades habitacionais onde vivem mais do que o que por lei está determinado. Este fenómeno provoca um défice na mão de obra necessária para a dinamização da economia local por falta de alojamentos. Os edifícios públicos não estão equipados para o aproveitamento das energias alternativas, o que é um contra senso relativamente à propaganda que o executivo faz em relação ao combate às alterações climáticas e à redução da pegada de carbono, tão apregoada, para além de redução nas despesas com a energia elétrica que poderia ajudar na diminuição das despesas públicas. As receitas do município acontecem, principalmente, devido aos sacrifícios dos contribuintes. Os impostos diretos são



principal financiamento do Município, representando 48% das receitas. Tem-se assistido ao crescimento do setor da construção, o que contribui para a capitalização do Município, mas empobrece os residentes locais, levando à inevitabilidade de não terem direito a habitação por falta de poder de compra. A construção em crescendo visa apenas o mercado estrangeiro destinado à especulação e ao lucro. As famílias locais, se ainda conseguirem um espaço de alojamento, vivem em frações onde coexistem de habitantes muito para além do admitido pela densidade aprovada, gerando uma pressão sobre as infraestruturas. Neste documento não constam muitas das catorze propostas apresentadas pelos membros de LcF em sede de reunião realizada para o efeito em Novembro de 2022, com o chefe do Executivo camarário. Entre elas destacam-se: Requalificação do Largo de S. João/Quarteirão do Ramalhete, na Vila da Luz e os 4 acessos: a) Desde 1975 que os moradores vêm solicitando uma intervenção na área; b) Desde então se solicita a pavimentação (atualmente em terra batida e gravilha) dos acessos às habitações e garagens; c) A zona tem estado sujeita, nos últimos anos, ao arrastamento de lamas e pedras para as entradas das habitações, dado haver uma barreira de terra no declive entre a estrada e a zona baixa das habitações; d) A CML não tem respondido aos sucessivos pedidos/ofícios dos moradores; e) Esta intervenção não está prevista, mais uma vez, nas GOP de 2023. f) Que justificação tem para adiar e “manter na gaveta” esta necessidade urgente que muito tem penalizado a qualidade de vida dos moradores, cidadãos de pleno direito, que continuam a pagar os seus impostos? E. 05.07, 08, 09 – Mobilidade, Acessibilidades e Barreiras arquitetónicas a) Estão omissos os trabalhos de requalificação da Rua da Várzea e arruamentos adjacentes já aprovados na AM há cerca de 4 anos para a Praia da Luz. Está prevista alguma intervenção ou medida no sentido de defender os direitos de segurança dos peões, de forma a evitar acidentes desnecessários? Pretende o Executivo continuar a adiar a solução do problema? E.08. Conselho Municipal de Turismo) Propusemos a criação deste órgão, dada a complexidade e o efeito impactante que esta atividade tem na nossa economia e na regulação do mercado de emprego com os efeitos correspondentes na sustentabilidade social e humana; b) São cada vez mais os agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade turística qualificada e diversa (saúde, IIEFP, Associações comerciais, Associações culturais, Associações desportivas, Associações ambientais, Agentes económicos, CML, CCDR, etc.) que justificam há muito a existência de um órgão onde todos estes agentes possam estar representados para trabalharem num ambiente cooperativo e coeso visando maximizar o potencial da nossa região/concelho. c) Porque não avançam para a criação deste órgão? Que justificações existem para não criarem este órgão? E.09.06 – Apoiar os projetos de investigação... a) LcF apresentou a proposta para a implementação de um Pólo Universitário para apoiar pós-graduações, mestrados ou doutoramentos nas áreas do Turismo Cultural, História e Património através de protocolos com universidades nacionais ou estrangeiras, publicas ou privadas, com Vantagens na projeção de Lagos como cidade na vanguarda do conhecimento e no regresso e fixação dos jovens que saíram para tirar as suas licenciaturas; b) Que



Fl. 172v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pensam fazer quanto a este assunto? E.7 e E.10. –Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e Implementação Medidas de Racionalização Energética em Edifícios e Sistemas Municipais: a) Apresentamos uma das nossas 14 propostas, defendendo a instalação do sistema de aproveitamento da energia solar nos edifícios públicos municipais, dado o privilégio de termos longas horas de exposição solar e destes sistemas se adaptarem ao ciclo horário diurno de funcionamento destes edifícios, aproveitando-se ao máximo a energia produzida; b) Objetivamente, nada está previsto no documento das GOP e Orçamento em análise quanto à instalação destes sistemas visando o aproveitamento da energia solar nos edifícios municipais; c) Pode aqui afirmar um compromisso do Executivo neste sentido ou exclui esta possibilidade? E.01.05 – Carta Municipal de Habitação a) De acordo com o Dec. Lei 83/2019 de 3 de setembro, artigo 22.º, a Carta Municipal de Habitação é um instrumento de gestão do território no que toca às necessidades habitacionais tendo em conta um conjunto complexo de fatores que, devidamente sistematizados, permitem planear com rigor as soluções para os problemas que atualmente vivemos também no nosso Concelho. Neste momento não temos esse documento pronto. A falta deste documento orientador das estratégias a adotar, pode levar a uma gestão casuística e pouco rigorosa do problema da habitação com que nos deparamos. b) Para quando teremos esse documento disponível? E02.05 – Conselho Municipal de Juventude de Lagos a) Desde o início do mandato ainda não houve qualquer sessão: para quando está prevista a 1.ª sessão? Por todas as razões e dúvidas expostas e não devidamente esclarecidas, os deputados municipais de LcF abstêm-se na votação das GOP e do Orçamento para 2023.”-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-660-09-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira apresentou a proposta.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o mérito, as competências e o currículo devem ser os critérios determinantes. No entanto, apontou vários aspetos negativos:

a) A total dependência da Lei e dos indicadores do concurso, que acabam por ser uma extensão política, tornando-se uma responsabilidade perante terceiros; b) A forte instabilidade provocada pelas mudanças nos ciclos políticos, quer ao nível dos partidos, quer dos próprios candidatos; c) A politização da Administração Pública, tanto de forma direta como indireta, onde os altos cargos influenciam os processos de recrutamento dos subalternos, afetando assim a eficácia da própria Administração Pública; d) A tendência para que a força política maioritária, ao vencer as eleições, domine todo o processo, condicionando o interesse público a um único ponto de vista. Segundo alertou, isto pode levar à ocupação de lugares por apoiantes da equipa vencedora, como contrapartida pelo apoio recebido, perpetuando assim essa influência política. Concluiu que estas práticas afetam o mérito dentro da Administração Pública, considerando que o atual concurso segue



uma lógica tradicional. Finalizou aguardando os resultados do concurso e indicando o sentido de voto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) questionou quais foram os critérios dos Municípios e porque só um desses Municípios não é do PS.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, lembrou que existem muitos dirigentes e que, para estes concursos, foram estabelecidos contactos com outras Câmaras Municipais de dimensão semelhante. Referiu que, no Algarve, quase todas as Câmaras são governadas pelo PS, à exceção de uma. Destacou ainda que as Câmaras convidadas reconheceram ter condições para realizar estes processos, garantindo que os vencedores seriam selecionados com base no mérito. Concluiu assegurando que a Câmara Municipal terá, certamente, os melhores gestores.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que este sistema é um modelo que tem três falhas e que há um modelo melhor dando mais abertura e que não dependeria da cor política.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação do Ponto 4 da Ordem do Dia: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	2	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	1	0	2	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	2	0	0	1	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 193/AM/2022:**

-----**Designado**, por maioria, nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 13.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2022, o Júri de Recrutamento para os seguintes Procedimentos de Recrutamento e Seleção: 1 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura (direção intermédia de 1.º grau): Presidente - Dália Conceição Paulo, Diretora Municipal de Administração, Planeamento e Modernização Administrativa, do Município de Loulé; 1.º Vogal - António Camacho dos Santos, Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social, do Município de Olhão; 2.ª Vogal - Dora Maria Magalhães Gomes Pereira, Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Município, do Município de Portimão. 2 - Diretor do Departamento de Sustentabilidade Ambiental e Urbana (direção intermédia de 1.º grau): Presidente - Júlio Filipe Pires Teixeira Sousa, Diretor Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Município de Loulé; 1.º Vogal - Rui Reis Agostinho, Diretor do Departamento de Ambiente, do Município de Portimão; 2.º Vogal - Luís Filipe Silva Barros, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Urbanismo, do Município de Faro. 3 - Diretor do Departamento de Planeamento e



Fl. 173v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Gestão do Território (direção intermédia de 1.º grau): Presidente - Jorge Aleixo Ramos, Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território, do Município de Loulé; 1.º Vogal - Luís Filipe Silva Barros, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Urbanismo, do Município de Faro; 2.º Vogal - Mário Alves, Diretor do Departamento de Obras Municipais, do Município de Olhão. 4 - Diretor do Departamento de Modernização Administrativa e Financeira (direção intermédia de 1.º grau): Presidente - Diogo Francisco Marques Fonseca, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, do Município de Loulé; 1.ª Vogal - Carla Martins, Diretora do Departamento de Administração Geral, do Município de Olhão; 2.º Vogal - Pedro Miguel Cunha Pereira, Diretor do Departamento dos Serviços de Suporte, do Município de Portimão. 5 - Chefe de Divisão de Museus e Bens Culturais (direção intermédia de 2.º grau): Presidente - Cristina Pereira Neto - Chefe de Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus, do Município de Tavira; 1.ª Vogal - Ana Rosa Domingos Sousa - Chefe de Divisão de Cultura, Museus e Património, do Município de Loulé; 2.ª Vogal - Isabel Cristina Neto Soares - Chefe de Divisão de Museus e Bens Culturais, do Município de Portimão. 6 - Chefe de Divisão Jurídica (direção intermédia de 2.º grau): Presidente - Cátia Andreia Cordeiro de Jesus, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização, do Município de Tavira; 1.ª Vogal - Maria Lúcia Lores Santos Gomes, Chefe de Divisão Jurídica, do Município de Loulé; 2.º Vogal - Pedro Pinheiro, Chefe de Divisão Jurídica, do Município de Olhão. 7 - Chefe de Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo (direção intermédia de 2.º grau): Presidente - António Manuel Marcelino Guerreiro, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico, do Município de Lagoa; 1.ª Vogal - Maria Arlete Guerreiro Fernandes, Chefe de Divisão de Gestão de Candidaturas, do Município de Loulé; 2.ª Vogal - Dina Correia, Chefe de Divisão de Gestão de Candidaturas, do Município de Olhão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações foram tomadas no decorrer da presente Reunião, com a exceção das que foram tomadas por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 0 horas e 12 minutos, na madrugada do dia 6 de dezembro de 2022, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----